



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**LEI MUNICIPAL N° 844 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021**

*Autoriza a contratação temporária de profissional na área da Saúde, para atuar durante o período de decretação de situação de emergência em saúde, decorrente da pandemia da COVID-19.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI - ESP. SANTO**, Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1°.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar em caráter emergencial, para atender à excepcional necessidade temporária e por total interesse do serviço público, 01 (um) profissional de fisioterapia para prestar serviço a municipalidade, em decorrência do atendimento da Saúde Pública Municipal, durante o período de decretação de situação de emergência em saúde, decorrente da pandemia da COVID-19, de acordo com a Lei Municipal 25, de 16 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Art. 82, IX, da Lei Orgânica do Município e com base no permissivo do Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

**Artigo 2°.** O vencimento para o referido cargo é fixado pela legislação Municipal Vigente, sendo o valor de R\$ 2.162,16 (dois mil, cento e sessenta e dois reais e dezesseis centavos).

**Artigo 3°.** A contratação do cargo temporário autorizada por esta lei será regida pela Lei Municipal n° 25, de 16 de fevereiro de 1998, e não gerará estabilidade para o seu detentor.

**Artigo 4°.** São requisitos para o exercício da atividade de "**FISIOTERAPEUTA**":

I-Requisitos:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a) diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em fisioterapia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- b) Registro profissional no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;
- c) ser maior de 21 anos;

### II- Atribuições:

Prestar assistência fisioterapêutica; elaborar o diagnóstico cinesiológico funcional, prescrever, planejar, ordenar, analisar, supervisionar, e avaliar os projetos fisioterapêuticos, a sua eficácia, a sua resolutividade e as condições de alta do paciente submetido a estas práticas de saúde; avaliar o estado funcional do paciente, a partir da identidade da patologia clínica intercorrente, de exames laboratoriais e de imagens, da anamnese funcional e exame da cinesia, funcionalidade e sinergismo das estruturas anatômicas envolvidas; estabelecer rotinas para a assistência fisioterapêutica, fazendo sempre as adequações necessárias; solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução do quadro funcional do paciente, sempre que necessário e justificado; recorrer a outros profissionais de saúde e/ou solicitar pareceres técnicos especializados, quando necessário; registrar no prontuário do paciente, as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e as condições de alta da assistência fisioterapêutica; integrar a equipe multiprofissional de saúde, sempre que necessário, com participação plena na atenção prestada ao paciente;

**Artigo 5º.** O prazo da contratação temporária, ora autorizada, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado enquanto perdurar a situação que lhe deu causa, não podendo ultrapassar o prazo máximo legal de 02 (dois) anos, conforme a Lei Municipal 25, de 16 de fevereiro de 1998.

**Artigo 6º.** Constatada a desnecessidade de continuidade da prestação de serviços, e a consequente necessidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

extinção dos cargos temporários, fica autorizada a sua extinção mediante Decreto do Poder Executivo.

**Artigo 7º.** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde.

**Artigo 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Muqui/ES, 06 de dezembro de 2021.


**MUNICÍPIO DE MUQUI**  
**PUBLICAÇÃO**

Publicada nos termos do art. 89 do LOM.

Município de Muqui-ES.

Secretaria Municipal de Administração  
e Finanças

Claudiomar Barbosa  
Secretário Municipal de  
Administração e Finanças  
Portaria Nº 007 de 04/01/2021

  
Hélio Carlos Ribeiro Cândido  
Prefeito Municipal